

Profuncionário no Paraná

Conquistas e perspectivas

JOSÉ VALDIVINO DE MORAES*

Vivenciamos, no estado do Paraná, uma unidade política, através de uma pauta com pontos comuns entre professores/as e funcionários/as da educação, além de pontos prioritários que contemplam ambos.

No caso dos planos de carreira, os professores foram atendidos em 2004 e, posteriormente, houve todo empenho e envolvimento na luta de professores/as e funcionários/as, o que resultou na aprovação da carreira destes últimos, em 2008.

Podemos destacar a luta pelo concurso público, com professores e funcionários junto, como uma pauta pela educação pública e contra o neoliberalismo, o que resultou no surgimento de grandes lideranças com o mesmo ideal, contra a terceirização.

Existe, hoje, uma unidade pedagógica, pelo fato de o Estado ter em seu quadro um número elevado de funcionários da educação profissionalizados, ocorrendo assim entre nós a universalização do conceito de educadores.

A institucionalização da formação dos funcionários pelo Estado fez muita diferença, ainda mais por ter incluído no calendário escolar alguns dias reservados à formação pedagógica. Consolidou-se esta concepção quando os professores/as e funcionários/as passaram a discutir, junto, os pontos comuns da educação na semana pedagógica que ocorre simultaneamente em todo o Estado.

O programa de formação foi instituído nas leis que criaram os planos de carreira e garantido como carga horária para a progressão, obrigando o governo à definição de temas, textos, roteiros, dispondo de profissionais para sua organização.

Na luta entre os educadores podemos constatar que o Profuncionário passou a ser uma das políticas vitoriosas de valorização da educação e dos educadores. Sua implantação produziu um grande fato político, com o avanço do reconhecimento legal, social e pedagógico dos funcionários da educação, consolidado na implantação de um bom plano de carreira.

* Especialista em Políticas Educacionais. Funcionário de Escola da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná e membro da Diretoria Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Curitiba/PR – Brasil. *E-mail*: <valdivinoapp@yahoo.com.br>

Asfaltamos um caminho via a concepção de educadores - profissionais da educação na legislação. Consolidamos as bases legais por meio do disposto no Artigo 206 da Constituição Federal, com seu Parágrafo Único, e sua regulamentação pelos artigos 61, inciso III, 62 A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Os dispositivos legais culminaram, recentemente, com a instituição de prazos para a aprovação de carreiras específicas aos/às funcionários/as que atuam na educação, explicitados pela meta 18 e a estratégia 18.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), fixado pela Lei nº 13.005, de 2014.

Podemos dizer, entretanto, que não chegamos ao nosso destino, pois em muitos municípios paranaenses existem funcionários/as da educação que ainda estão na invisibilidade, submissos aos governantes, invisíveis perante a escola e a sociedade, numa posição periférica em relação às políticas educacionais e pedagógicas.

Precisamos, sobretudo, da aprovação, em lei federal, do Piso Salarial Profissional Nacional, conforme o Artigo 206 da Constituição Federal - para todos/as os/as profissionais da educação escolar básica - e de uma lei que defina as Diretrizes Nacionais para Planos de Carreira de todos/as os/as profissionais da educação escolar.

Estamos avançando no reconhecimento social como funcionários/as profissionais. As gerações que frequentaram as carteiras escolares se acostumaram a ver auxiliares apenas varrendo, lavando, cozinhando, vigiando, anotando, sem participação no processo educativo. A partir das políticas já registradas, vamos superando a lógica burocrática e instaurando processos democráticos e participativos, conquistando o reconhecimento social e pedagógico e chegando à efetivação do plano de carreira específico. Ele cria condições necessárias para que as transformações ocorram, quando prevê o ingresso por concurso público, com estabilidade e vínculo com a escola, condição diferente das formas precárias de contratação, que tornam a presença instável e insegura. O plano traz melhorias salariais, imprescindíveis para a qualidade de vida e condições necessárias para o convívio coletivo.

Não se pode descolar a luta pelo reconhecimento como educadores da luta pela valorização da carreira dos/as funcionários/as de escola, até porque funcionários/as profissionalizados e com carreira específica podem interagir de maneira qualificada no processo educativo, e pelo ato educativo e o reconhecimento da carreira modificam posturas conservadoras ou burocráticas, assumindo comportamentos educativos e participativos.

Para superar a lógica burocrática de uma escola organizada em gavetas, em que cada um/a apenas cumpre tarefas e responde por elas sem se envolver com o todo, é preciso instaurar processos democráticos, não centrados apenas na figura do diretor, mas pautados por coletivos escolares, em que pais, mães, professores/as, pedagogos/as e funcionários/as estão envolvidos/as na definição, realização e avaliação da política educacional e da proposta pedagógica escola.

O redimensionamento do papel da escola, de um espaço de ensino-aprendizagem centrado apenas na sala de aula, para um espaço múltiplo e de diversidade de tarefas, várias delas confiadas não aos professores/as, mas aos/as funcionários/as, requer práticas coletivas de trabalho, primadas por relações éticas e democráticas. É neste contexto que surge uma nova missão para os/as funcionários/as de escola: superar a execução automatizada e/ou burocrática das tarefas e incorporar uma reflexão permanente sobre as ações, como atitudes educativas, influentes na formação global dos/as educandos/as. Visto desta forma, o/a funcionário/a não é apenas um/a cumpridor/a de tarefas, mas está empenhado/a e comprometido/a com o processo educativo das crianças, adolescentes e jovens que dependem de gestos, atitudes, responsabilidades imprescindíveis na formação destes sujeitos.

É neste contexto de redefinições e desafios que o papel do/a funcionário/a precisa também ser redimensionado. As funções dos/as funcionários/as da educação em muitos lugares são compreendidas numa relação de trabalho de atividade meio. Quando passamos ao patamar de formulação de atividades no campo profissional, percebemos que estas mesmas atividades passam a integrar uma proposta, essencial para que o pedagógico se desenvolva.

Todas as atividades, desde que incluídas na proposta pedagógica, integram-se ao currículo e tornam-se atividades-fim. Todas as atividades transformam-se em competências profissionais e não em serviços mais ou menos afins ao processo de ensino-aprendizagem. (MONLEVADE, 2005, p. 75).

Logo, é essencialmente pedagógico um ambiente bem preparado! Com projeto de limpeza, coleta e separação de lixo, preservação do meio ambiente, não desperdício de água e tratamento de esgoto, cuidado com os alimentos, contaminação, excesso de calorías nos alimentos, conservantes etc.

O professor tem o dever de dar suas aulas, de realizar suas tarefas docentes. Para isso, precisam de condições favoráveis, higiênicas, especiais, estéticas, sem as quais se movem menos eficazmente no espaço pedagógico. Às vezes, as condições são de tal maneira perversa que nem se move. O desrespeito a este espaço é uma ofensa aos educandos e educadores e à prática pedagógica. (FREIRE, 2007, p. 45).

Seguindo a visão de Paulo Freire, podemos dizer que limpar a rua ou preparar outro espaço público é diferente de limpar ou desenvolver as atividades na escola, deixa de ser burocrática ou atividade meio para compor um trabalho que deve ser feito com uma visão pedagógica essencial, mas precisa ir além, ampliando o papel deste profissionais:

1. É essencial nesta visão educativa o acompanhamento sistemático dos/as estudantes, de forma que não tire a liberdade das crianças, adolescentes e jovens que precisam de espaços para extravasar, brincar e exercitar as relações pessoais, mas corrija o que não for educativo, e se ultrapassar os limites informar a equipe pedagógica para que tais problemas sejam tratados pedagogicamente.

2. Igualmente importante é combater qualquer forma de discriminação, seja de gênero, sexista, racista, homofóbica; situações preconceituosas que geram violência como o *bullying*.
3. Os/as funcionários/as têm a função de auxiliar a equipe pedagógica e professores/as com informações sobre a realidade dos educandos/as, uma vez que muitos/as dele/as residem na mesma comunidade, frequentam os mesmos lugares, conhecem as famílias, diferentemente dos/as professores/as, que muitas vezes vivem em outros bairros, cidades etc. Estas informações são essenciais para compreender o rendimento escolar ou as atitudes dos/as estudantes, daí a necessidade de cobrar, de forma sutil e respeitosa, quais foram os desdobramentos tomados com as informações repassadas.
4. Os/as funcionários/as têm condições de sugerir aos/as professores/as, em seus planejamentos curriculares, elementos do cotidiano escolar e da realidade da comunidade em que está inserida a escola e que podem levar a uma aprendizagem mais satisfatória, tendo em vista que o currículo escolar é expressão não só de uma base de conteúdos, mas das relações que permeiam o interior escolar e é circunscrito à realidade situacional a que crianças, adolescentes e jovens estão submetidos.
5. Os/as funcionários/as devem ser corresponsáveis pela gestão democrática da escola, participando ativamente dos conselhos escolares, reuniões pedagógicas, Associação de Pais Mestres e Funcionários (APMF) e na elaboração dos regimentos escolares, dos projetos políticos pedagógicos e da direção das escolas, em funções eletivas, desde que profissionalizados.

Sendo assim, formar e valorizar todos os atores e construir uma gestão coletiva é o grande passo para avançar neste processo educativo de milhares de crianças e jovens que dependem de gestos e exemplos de bom comportamento e de responsabilidade para a sua formação humana.

Compreendidos esses conceitos, podemos afirmar que as possibilidades se multiplicam a partir da superação de duas questões: a primeira é a superação da alienação, rompendo com os preconceitos de inferioridade ou de superioridade; a segunda é a superação da burocratização das atividades.

Este processo era inviabilizado anteriormente tendo em vista a visão meramente burocrática das funções dos funcionários, pela ausência de formação continuada, baixa escolaridade, ingressos de forma precária, e um grau muito grande de preconceitos. (MORAES, 2009, p. 50).

Outro desafio é manter a construção das formas de participação, em uma educação pública que direcione para a construção da sociedade democrática a partir das relações sociais que incidem sobre a prática pedagógica educativa.

O caráter pedagógico da educação escolar articula-se ao caráter político da luta pela transformação da sociedade imprimindo um esforço revolucionário às demais práticas sociais, no sentido de construir um projeto de educação e de sociedade que desarticule o poder burguês e seus tentáculos na administração escolar. (FEIGES, 2003, p. 54).

Muitos profissionais da educação foram formados por instituições privadas cujos vínculos e interesses pertencem ao capital-financeiro. Contudo, estes educadores são classificados na classe social de trabalhador, pois se sustentam de sua força de trabalho. No entanto, vivem uma contradição, ao buscar muitas vezes uma identidade, posição política e atitudes de burgueses, “trabalhadores com a cabeça de elite”, gerando conflito com a transformação da sociedade pela educação progressista. Não há neutralidade na educação: ou ela é transformadora ou conservadora.

Construindo a unidade entre os educadores

No Paraná, a construção da unidade entre professores/as e funcionários/as deixou de ser um artefato decorativo e passou a ser uma prática cotidiana a partir da orientação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ocorreu a unificação sindical entre o Sinte-PR e a APP- Sindicato, tornando-se APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, que tem construído uma unidade conceitual e política na luta pela valorização dos educadores e da educação pública.

Com os desdobramentos e prazos instituídos pelo Plano Nacional de Educação (PNE), acelera-se o processo de construção da concepção de unidade entre os educadores, que buscam definir o que os unifica e as diferenças entre seus direitos e atuação como educadores.

No Brasil ainda impera a cultura do escravismo, quanto mais rude ou pesado for seu trabalho, a pessoa será menos valorizada.

Numa sociedade escravista (o senhor transferia para seu escravo as tarefas “braçais”, “degradantes” e “árduas” como transportar as ferramentas, encarregar-se de fases preparatórias ou brutas de seus serviços etc.) (FERNANDES, 2006, p. 270).

A partir da divisão do trabalho entre o intelectual e o manual, o interior da escola se hierarquiza! Compreendendo a origem da sociedade brasileira, a reprodução histórica de uma cultura de dominação foi transplantada para o interior da escola, durante gerações. Assim, na divisão entre o trabalho intelectual e braçal, o segundo recaiu sobre

indivíduos menos prestigiados e, em geral, das camadas populares da sociedade. A reprodução desse processo foi consagrada pela constituição da categoria dos funcionários das escolas, considerados como “subalternos”, chamados de “auxiliares” ou “apoios”, construindo relações submissas. Essa relação tem possibilitado que os trabalhadores sejam contratados precariamente como servidores públicos ou por processo de terceirização, sempre com baixos salários.

Vamos encontrar alguns profissionais professores defendendo que devem ter tratamento diferenciado porque precisam ter formação, dominar conteúdos e fundamentos pedagógicos.

Ensinar conteúdos foi o centro da importância do trabalho do/a professor/a no período da educação jesuítica e de Aulas Régias, de escolas elitistas. A partir de 1889, durante os primeiros anos da República, o atraso industrial era justificado pela pouca educação escolar da população.

Alguns diziam que a ignorância da população gerava rebeliões, motins e desordem social. Foi neste cenário que a educação pública e universal passou a ser compreendida como redentora de todos os males sociais. Além disso, a economia do país passou a exigir um trabalhador com algum tipo de conhecimento e de comportamento. Então, a escola pública passou a ser necessária, como um lugar adequado para disciplinar as pessoas e transmitir as regras de civilidade e de conduta que contribuíssem na produção econômica. As funções da escola pública seriam, então, determinadas por meio do modelo de homens e de mulheres necessário para a sociedade capitalista. Portanto, coube às escolas, entre outras instituições, selecionar, hierarquizar e classificar aqueles que tinham aptidões para a atividade de comando. Outros, considerados incapazes de aprender deveriam ser encaminhados para tarefas manuais e inferiores. (SILVA, 2005, p. 54).

No novo contexto de escola universalizada, supera-se a chamada educação vem do berço, pois vamos ter crianças e jovens que não tiveram oportunidade de ter um.

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. (PARO, 1997, p. 10).

Sem a transformação na prática das pessoas não há sociedade que se transforme de maneira consistente e duradoura. E aí, na prática escolar cotidiana, que precisam enfrentar os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação, num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade. (PARO, 1997, p. 19).

O que unifica professores/as e funcionários/as dentro de uma política de valorização com o mesmo piso salarial profissional, carreira única, ingresso por concurso público e formação específica é uma visão diferenciada do senso comum segundo o qual os professores precisam ganhar mais porque precisam ter formação superior, ou seja, mais conhecimento.

Um/a professor/a precisa dominar muito bem os conteúdos que ensina e precisa ter uma boa didática e metodologia. Mesmo que o acesso à informação aos vários meios de comunicação deixou de ser uma exclusividade da ação dos professores, o trabalho com conteúdos conectados ao processo educativo é especificidade da função dos/as professores/as.

Um/a profissional de infraestrutura, alimentação, multimeio e secretaria escolar também precisa dominar muito bem sua atividade técnica. No entanto o que se precisa dizer mesmo é que neste mundo competitivo, individualista, desumano, homofóbico e discriminatório torna-se a atividade central da escola é o ato de educar.

“O aluno não esta aqui apenas para receber e dominar conteúdos específicos, deve ser educado para a vida”, é uma frase comum de se ouvir na escola [...] a educação não tem um lugar, ocupa todos os lugares, não tem um início ou fim, acompanha todos os momentos da vida, não tem *locus* no sujeito, se espalha por todos os sentidos, todos os gestos e intensões. Não tem um autor, é obra de todos com quem cada um de nós se encontra e de quem se quer conhecemos. (CODO, 1999, p. 38-39, grifo do autor).

Quem educa mais? Podemos afirmar que, preparado, educará mais quem permanecer mais tempo com as crianças e jovens! No entanto, o que fará diferença será a responsabilidade e o compromisso dos educadores.

Assim, professores/as, diretores/as, pedagogos/as e funcionários/as, todos devem ter capacidade de desenvolvimento intelectual pedagógico para atuar não apenas com atividades-meio ou de ensinar meramente os conteúdos, limpar, digitar notas, servir alimentos, mas, sim, unidos no mesmo objetivo: o de educar as milhares de crianças e jovens que passam por estes profissionais no mínimo 800 horas por ano, nas escolas onde ainda não há ensino integral. Formar e valorizar todos os atores e construir uma gestão coletiva é o grande passo para avançar no processo educativo de milhares de crianças e jovens que dependem de gestos, exemplos de bons comportamentos e responsabilidade para a sua formação humana.

Assim, o que dá clareza ao projeto político-pedagógico é a sua intencionalidade. O projeto é uma totalidade articulada decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do homem. É uma resposta de ação político-educacional e não um artefato técnico. Isso implica a necessidade primordial de distinguir, no processo de conhecimento, o fundamental e necessário do secundário e fortuito, com o fim de que o específico da instituição educativa não se dilua e não se perca (cf. FRIGOTO, 1994). Assim, o projeto pedagógico como instrumento de ação política deve estar sintonizado com uma visão de mundo, expressa no paradigma emergente de ciência e de educação, a fim de garantir uma formação global e crítica para os envolvidos nesse processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação profissional e pleno desenvolvimento pessoal. (VEIGA, 2000, p. 186-187).

A citação de Arruda simplifica bem toda a educação que defendemos:

O desafio é começar, no interior de um mundo determinado pela economia, uma transição para o mundo que esteja organizado em torno das necessidades superiores do ser humano, que implicam na produção de conhecimento, de beleza, de bem-estar, de comunicação, de interação e no desenvolvimento de suas relações de solidariedade com a natureza e com todos os seres, dos seus sentidos éticos, de estética e de comunhão com cada ser humano e com a espécie. ARRUDA, 2000, p. 73).

Reconhecer-se e ser reconhecido/a como educador/a é um desafio que deve estar na ordem do dia dos profissionais da educação. É nesse processo que as funções se redefinem, os papéis se alteram e ganham importância e a escola rompe com a lógica empresarial, técnica e burocrática, para ser entendida como instituição de formação científica e crítica, onde cada um/a – estudantes, professores/as, funcionários/as - tem importância na produção de um mundo melhor, um mundo mais humano.

Compreendemos que historicamente houve diferenças na atuação dos professores regentes e principalmente os que atuam em salas superlotadas exigindo uma sobrecarga mental no trabalho. Na constatação que diferencia o trabalho dos professores regentes em salas de aulas é que entendemos a necessidade de uma política de redução do número de alunos por turmas e ampliação de hora atividade.

É informação corrente e facilmente compreensível que turmas grandes são inadequadas para ambos, professores e alunos. As condições de aprendizagem ficam prejudicadas, trazendo tanto dificuldades para os alunos em aproveitar bem as aulas, quanto ao professor, o qual tem de empreender um esforço extra para garantir a qualidade das suas aulas, preocupando-se em atender bem aos alunos, respondendo suas dúvidas, acompanhando aqueles que tem mais dificuldades. Assim conforme aumenta o número de alunos por turmas, aumenta também a carga mental exigida do docente. (CODO, 1999, p. 288).

Com as políticas de valorização já há mudanças, principalmente nas relações entre os educadores, com superação de resquícios de autoritarismo. A escola ficou mais democrática. Convivemos com funcionários/as com melhor autoestima e qualidade de vida - o que se reflete em melhor atuação profissional proporcionando uma educação pública de mais qualidade. No entanto, há muitos desafios e vamos avançando com a ampliação na organização e maior capacidade de lutas unificadas dos professores e funcionários, construindo um paredão frente ao neoliberalismo, pois é impossível a precarização dos funcionários da educação, um setor mais frágil no reconhecimento social.

No plano de carreira, entre os melhores no País em termos de valores na remuneração dos funcionários da educação, os funcionários que atuam na preparação do ambiente escolar e preparação da alimentação escolar e interação com o educando, em 15 anos podem chegar ao final da tabela com os títulos de nível médio, técnico profissional na

área e superior, e os que atuam na secretaria biblioteca e laboratórios podem utilizar os títulos de técnicos profissional, superior e especialização.

Para cumprir a legislação há que fazer duas adequações: unificar os valores dos vencimentos como profissionais com a mesma habilitação, regulamentar no plano de carreira a utilização de título de nível superior específico na área profissional dos trabalhadores em educação e com isto tornar necessária a oferta de curso superior específico.

Recebido em março de 2016 e aprovado em abril de 2016

Referências

- ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: BOFF, L.; ARRUDA, M. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CODO, Vanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FEIGES, M. Madselva Ferreira. **A Dimensão educativa do trabalho dos funcionários da educação na perspectiva do projeto político-pedagógico da escola pública: limites e possibilidades**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- MONLEVADE, J. A. Cabral de. **Funcionário de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- MORAES, J. Valdivino. **A profissionalização do funcionário e a democratização da gestão da escola do Paraná**. 2009. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Políticas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.
- SILVA, Maria Abádia. **Educadores e educandos: tempos históricos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005.
- VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, S. E.; CASTANHO, M. E. L. M. (Org.) **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.